

SAÚDE PLANETÁRIA E EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM: UM NOVO PARADIGMA OU UM RETORNO ÀS NOSSAS RAÍZES?***PLANETARY HEALTH AND NURSING EDUCATION: A NEW PARADIGM OR A RETURN TO OUR ROOTS?******SALUD PLANETARIA Y EDUCACIÓN EN ENFERMERÍA: ¿UN NUEVO PARADIGMA O UN RETORNO A NUESTRAS RAÍCES?*****¹Joceli Ribeiro dos Santos Pereira****²Iel Marciano de Moraes Filho****³Giovana Galvão Tavares**

¹Universidade Evangélica de Goiás, programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente. Anápolis, Goiás, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0798-3949>

²Universidade Evangélica de Goiás, programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente. Anápolis, Goiás, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0798-3949>

³Universidade Evangélica de Goiás, programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio ambiente. Anápolis, Goiás, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5959-2897>

Autor correspondente**Iel Marciano de Moraes Filho**

Av. Universitária, s/n - Cidade Universitária, Anápolis – GO, Brasil. CEP: 75083-515. E-mail: ielfilho@yahoo.com.br Telefone: +55(62)98484-3593.

Estimado Editor,

A recente discussão sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Graduação em Enfermagem evidencia que sua importância ultrapassa uma atualização normativa. Ao reabrir o debate sobre a formação profissional, sua relação com as necessidades sociais e seu compromisso com o Sistema Único de Saúde, as diretrizes também nos convidam a refletir sobre os desafios que estamos preparando os futuros enfermeiros a enfrentar¹. Entre eles, há uma questão que se torna cada vez mais difícil de manter à margem da formação: como preparar a enfermagem para cuidar em um mundo profundamente afetado pelas transformações ambientais?

A pergunta ganha urgência diante da intensificação das mudanças climáticas e de suas repercussões sobre a saúde das populações. Reconhecidas pela Organização Mundial da Saúde como uma das maiores ameaças à saúde global deste século, essas mudanças exigem sistemas de saúde mais resilientes e sustentáveis, mas também profissionais capazes de compreender e responder às novas necessidades que delas emergem². É nesse horizonte que a saúde planetária ganha força ao reconhecer que a saúde humana depende, de maneira inseparável, da integridade dos sistemas naturais que sustentam a vida³. Se as novas DCNs reafirmam uma formação crítica, territorializada e comprometida com as necessidades sociais¹, parece oportuno perguntar: aproximar

a enfermagem da saúde planetária significa inaugurar um novo paradigma ou reconhecer, sob uma perspectiva contemporânea, fundamentos que sempre estiveram presentes na profissão?

As próprias DCNs oferecem elementos para essa reflexão. Ao incorporarem a sustentabilidade e a educação ambiental a uma formação crítica, científica, ética e interprofissional, elas aproximam a preparação do enfermeiro dos desafios socioambientais que já atravessam a vida e a saúde das populações⁴. O fortalecimento das atividades práticas e extensionistas, a ampliação do estágio supervisionado e a organização da formação em eixos articuladores relacionados ao cuidado, à gestão, à educação e à pesquisa também apontam nessa direção¹. Abre-se, assim, a possibilidade de que o ambiente, o território e a sustentabilidade deixem de aparecer apenas como conteúdos pontuais e passem a compor o modo como o estudante aprende a compreender as necessidades de saúde.

Contudo, essa aproximação não significa necessariamente uma ruptura com aquilo que a enfermagem construiu ao longo de sua trajetória científica. Desde Florence Nightingale, e posteriormente nas contribuições de teóricas como Madeleine Leininger, Margaret Newman, Myra Levine e Wanda Horta, a compreensão da pessoa em relação ao ambiente e às suas condições de vida faz parte da construção do conhecimento da profissão⁴⁻⁵. Portanto, a saúde planetária talvez não introduza uma preocupação inteiramente nova. Sua contribuição está em ampliar esse olhar e reposicioná-lo diante de uma realidade em que as alterações ambientais deixaram de ser apenas um plano de fundo, tornando-se cada vez mais determinantes para as condições de vida, de adoecimento e de cuidado.

O que se transforma, sobretudo, é a escala, a complexidade e a urgência dessa relação. Ao situar a saúde humana em uma rede de interdependências ecológicas, sociais e econômicas, a saúde planetária amplia a própria compreensão do ambiente e evidencia que alterações nos sistemas naturais repercutem sobre as condições que sustentam a vida³. Essas repercussões não se limitam a agravos físicos, mas também afetam o bem-estar, o sofrimento psíquico e a saúde mental, gerando novas demandas para a prática da enfermagem⁴⁻⁵. Eventos climáticos extremos, insegurança alimentar, deslocamentos populacionais e transformações dos territórios evidenciam, de maneira cada vez mais concreta, que compreender o processo de saúde-doença exige também entender os espaços onde as pessoas vivem, a relação que estabelecem com eles e as mudanças que atravessam esses lugares⁶.

Essa compreensão encontra espaço no próprio exercício profissional, quando a Resolução COFEN nº 736/2024⁴ estabelece que o Processo de Enfermagem deve ocorrer em todo o contexto socioambiental onde o cuidado é realizado, reforçando a necessidade de uma formação que desenvolva o raciocínio clínico, a tomada de decisão e a capacidade crítica diante de necessidades de saúde cada vez mais complexas^{1,7}. Incorporar essa dimensão à avaliação de enfermagem

significa não encerrar o olhar nas manifestações clínicas, mas também reconhecer o território, as condições de moradia e de trabalho, o acesso à água e a alimentos, a exposição a riscos ambientais e as vulnerabilidades que podem ser criadas ou agravadas pelas mudanças climáticas.

É justamente por isso que a integração ensino-serviço-comunidade⁴ ganha ainda mais sentido diante dos desafios socioambientais contemporâneos. A formação em enfermagem não se limita à transmissão de conhecimentos, mas também envolve o encontro com indivíduos, famílias e comunidades, bem como a compreensão das realidades concretas dos territórios onde os cuidados são realizados¹. É nesses espaços que desigualdades sociais e ambientais deixam de ser conceitos abstratos e passam a ter rostos, histórias e consequências para a saúde. Enchentes, ondas de calor, poluição, insegurança hídrica e alimentar e mudanças nos padrões de adoecimento não estão à margem do cuidado, pois fazem parte das condições em que as pessoas vivem, adoecem e procuram os serviços de saúde.

Talvez a questão mais importante, então, não seja decidir se a saúde planetária constitui ou não um novo paradigma para a enfermagem, mas pensar sobre o que faremos com aquilo que ela nos permite enxergar. As novas DCNs⁴ criam uma oportunidade para que o ambiente, o território e as condições de vida deixem de permanecer fragmentados nos currículos e passem a ocupar um lugar mais orgânico na formação. Vista dessa forma, a saúde planetária não precisa ser compreendida como um campo externo que agora se acrescenta à enfermagem, mas como uma lente contemporânea que amplia princípios já presentes em sua história e os coloca diante dos desafios de nosso tempo.

Transformar essa aproximação em prática formativa exige mais do que inserir a sustentabilidade ou as questões ambientais nos projetos pedagógicos. É preciso formar enfermeiros capazes de reconhecer como as transformações ambientais afetam a vida cotidiana de indivíduos, famílias e comunidades, e de aplicar essa compreensão na avaliação, no julgamento clínico, no planejamento e na intervenção. Se a enfermagem aprendeu, ao longo de sua própria história, que não há cuidado desvinculado do ambiente, as novas DCNs oferecem a oportunidade de renovar esse compromisso diante de um planeta em transformação. Talvez não estejamos diante de um novo princípio para a enfermagem, mas da necessidade de inovar a partir de um princípio que sempre pertenceu à profissão.

REFERÊNCIAS

1. Ribeiro IAP, Zanchett SAS, Perondi AR. Entre a formação e o mercado: o que revelam as novas Diretrizes Curriculares da Enfermagem? Rev Enferm Atual In Derme. 2026;100(3):e026060. doi:10.31011/reaid-2026-v.100-n.3-art.2812.

2. World Health Organization. COP26 special report on climate change and health: the health argument for climate action. Geneva: World Health Organization; 2021.
3. Myers SS. Planetary health: protecting human health on a rapidly changing planet. Lancet. 2017;390(10114):2860-2868. doi:10.1016/S0140-6736(17)32846-5.
4. Ministério da Educação (BR). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2026. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, bacharelado e licenciatura. Brasília-DF: Ministério da Educação; 2026.
5. George JB. Teorias de enfermagem: os fundamentos para a prática profissional. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 2000
6. Ribeiro IAP, Moraes Filho IM, Oliveira ALCB, Lira Neto JCG, Tavares GG, Fernandes MA. Climate change and mental health: an urgent call for strategic action from nursing. Rev Bras Enferm. 2026;79:e2025-0604. doi:10.1590/0034-7167-2025-0604.
7. Conselho Federal de Enfermagem. (BR) Resolução COFEN nº 736, de 17 de janeiro de 2024. Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem. Brasília-DF: COFEN; 2024.

Fomento e Agradecimento:

financiamento próprio.

Declaração de conflito de interesses

“Nada a declarar”.

Declaração de disponibilidade de dados

Não foram gerados bancos de dados neste estudo. As informações apresentadas estão descritas no corpo do artigo

Crítérios de autoria (contribuições dos autores)

- Joceli Ribeiro dos Santos Pereira: 1. contribui substancialmente na concepção e/ou no planejamento do estudo; 2. na obtenção, na análise e/ou interpretação dos dados; 3. assim como na redação e/ou revisão crítica e aprovação final da versão publicada.
- Iel Marciano de Moraes Filho: 1. contribui substancialmente na concepção e/ou no planejamento do estudo; 2. na obtenção, na análise e/ou interpretação dos dados; 3. assim como na redação e/ou revisão crítica e aprovação final da versão publicada.
- Giovana Galvão Tavares: 1. contribui substancialmente na concepção e/ou no planejamento do estudo; 2. na obtenção, na análise e/ou interpretação dos dados; 3. assim como na redação e/ou revisão crítica e aprovação final da versão publicado.

Editor Científico: Ítalo Arão Pereira Ribeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0778-1447>

